

Louvamos as Edições da Assembleia da República por este II volume de *A Questão Religiosa no Parlamento* e felicitamos vivamente a autora e suas colaboradoras por este aturado trabalho de grande mérito e utilidade para investigadores e estudiosos e para todos os leitores.

O rigor metodológico, a isenção e objetividade expressos na seleção documental; os critérios científicos utilizados no seu estudo interpretativo e descritivo fazem desta obra um contributo de referência incontornável no estudo da relação Estado-Igreja em Portugal durante a Primeira República.

SANTOS, Paula Borges

*A Questão Religiosa no Parlamento. Vol. III: 1935-1974*

Lisboa: Texto Editores; Assembleia da República, 2011, 326 p. ISBN: 978-972-556-586-5.

FRANCISCO SENRA COELHO

A designação «Estado Novo» surge por volta de 1930, caracterizando a nova forma de Estado implantado em Portugal pelo movimento revolucionário de 28 de maio de 1926 e perdurará desde a promulgação da constituição a 11 de abril de 1933 até 1974.

O golpe militar de 28 de maio de 1926 foi dirigido por várias forças e interesses, fundamentado no ideário da “ordem” e condicionado pela oposição ao Partido Democrático de Afonso Costa. As lutas internas entre as diversas facções e sensibilidade que conduziram o golpe militar, levaram ao progressivo afastamento dos revolucionários republicanos e ao crescimento das facções de direita, agrupadas a partir de 1928 à volta do então ministro das Finanças, António Oliveira Salazar (1889-1970), que em 1932 ocupou a presidência do Conselho de Ministros.

Em 1930, foi criado por iniciativa governamental o partido único, denominado União Nacional; em consonância com a União Nacional, foi crescendo o poder pessoal de Salazar, que em 1936 acumulava as pastas ministeriais das Finanças, da Guerra e dos Negócios Estrangeiros.

O novo regime foi por várias vezes alvo de movimentações revolucionárias que visavam o seu derrube: a greve geral de 1934, a gorada tentativa de revolta de setembro de 1935, a revolta dos navios da armada em setembro de 1936 e em julho de 1937 a tentativa de atentado pessoal a Salazar, do qual saiu ileso.

Na Constituição de 1933, a Assembleia Nacional era eleita por sufrágio universal e direto e nela estruturava-se a garantia de um sistema de direitos individuais que só a praxis política e a legislação ordinária minimizaram. Verifica-se assim que, apesar de a ideologia do regime assumir claramente posições antiliberais e antidemocráticas, a Constituição de 1933, ainda que marcada pelo corporativismo, não cortou com as tradições democráticas e liberais assumidas no século XIX.

A Constituição de 1933 foi ratificada parlamentarmente a 10 de janeiro de 1935. A 11 de fevereiro de 1938, foi publicado um novo texto com as alterações então introduzidas. Conforme

---

esclarece Paula Borges Santos, autora do III volume *A Questão Religiosa no Parlamento*, dedicado ao período 1935-1974, esta publicação pretende «abordar os anos de vigência do Estado Novo, debruçando-se sobre a atividade da Assembleia Nacional, entre 1935 e 1974 (...)», abarcando todas as discussões de matérias de políticas religiosas, decorridas durante o regime de António de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano.

A obra que recenseamos, resulta de um projeto de investigação sobre *Os Grandes Debates Parlamentares, 1820-1974: A Questão Religiosa*, desenvolvido pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e apoiado pela Assembleia da República. Na sequência dos anteriores volumes dedicados aos períodos da Monarquia Constitucional (1821-1910) e da Primeira República (1910-1926), este volume é composto por um estudo que analisa os principais debates sobre o fenómeno religioso e por uma listagem das intervenções parlamentares sobre a mesma temática. Esta listagem apresenta uma seleção de todas as intervenções dos deputados que abordaram diretamente aspetos relativos à relação do Estado com as Igrejas. São abordadas também todas as iniciativas legislativas que pretenderam regular essa relação e que partiram dos parlamentares ou do poder executivo. O CD-ROM que acompanha a publicação reproduz as exposições individuais e debates parlamentares mais significativos sobre o tema em estudo.

Como se esclarece na obra, a pesquisa documental deste estudo realizou-se exclusivamente sobre o Diário das Sessões publicado pela Assembleia Nacional referente ao período em estudo. Aí, aparecem relatadas em discurso direto o quotidiano das reuniões legislativas; porém, como esclarece a autora, verifica-se que a narrativa não corresponde integralmente ao decurso das sessões.

A Constituição de 1933 teve como principal fonte a *Constituição de Weimar* que governou a curta república de Weimar na Alemanha, de 1919 a 1933, e declarou aquele país como república democrática parlamentar; permaneceu em vigor durante toda a época do III Reich, entre 1933 e 1945. Estabelecia em Portugal para além da Assembleia Nacional eleita por sufrágio universal e direto, uma Câmara Corporativa como órgão consultivo, com representantes autárquicos, institucionais e profissionais. Assim, na presente publicação, a documentação relativa à Câmara Corporativa e às comissões parlamentares não foi objeto de tratamento. Só a informação relativa à Câmara Corporativa e às diversas comissões vertida no Diário das Sessões, é objeto deste estudo.

Conforme esclarece Paula Borges Santos, «embora o Diário das Sessões se tenha revelado uma fonte primária de indiscutível riqueza para o tema das relações entre política, religião e sociedade, a perspectiva adoptada ocupa-se do fenómeno essencialmente político (...)», espelhando as atuações dos eleitos que acompanhavam as várias correntes do regime representadas na Assembleia Nacional. Surgem assim registados os diferentes momentos históricos que fazem a evolução do regime autoritário, desde os momentos de estabilidade e consolidação do Estado Novo até à sua decadência e à sua queda.

A documentação estudada reflete também as orientações ideológicas e doutrinárias dos múltiplos atores históricos do regime, nomeadamente as reflexões sobre a relação do Estado com a religião e com as Igrejas. Ao verificar-se que a Igreja Católica e o catolicismo surgiam na centralidade do pensamento desses atores, o presente estudo ajuda a esclarecer o lugar e o papel que, segundo o ideário do regime, a Igreja Católica e as diferentes Igrejas deviam ocupar no Estado Novo e na sociedade.

O III volume da obra *A Questão Religiosa no Parlamento*, organiza-se em 6 capítulos. O primeiro capítulo surge como interrogação *Uma questão religiosa no Estado Novo?* Trata-se de

uma introdução à obra. É uma abordagem muito pertinente das sensibilidades dos parlamentares no tocante ao relacionamento entre o Estado Novo e a Igreja Católica, situando os leitores e estudiosos perante as questões concretas que o livro apresentará ao longo do seu desenvolvimento.

Os restantes capítulos assumem como critério o estudo do regime nos seus antecedentes, na sua génese e no seu evoluir. O segundo capítulo insere as temáticas no contexto histórico antecedente à génese do Estado Novo e intitula-se *Os antecedentes: o problema religioso na sociedade portuguesa (1917-1933)*. São apresentados neste capítulo o consulado sidonista, o “envelhecimento” da Primeira República, a instauração da ditadura militar, a atuação de Salazar face ao princípio de separação entre Estado e Igrejas; a Constituição de 1933 e os seus limites à revisão das relações entre o Estado e a Igreja Católica.

O terceiro capítulo apresenta o compromisso maturado do Estado e da Igreja entre os anos de 1936 e 1940. Expressam este compromisso temas como a confessionalização funcional do ensino público, as aspirações católicas na revisão constitucional de 1935, o triunfo do antimaçonismo, a “catolização” da atividade missionária, a “defesa da família” e o problema do divórcio, a ratificação da Concordata e do Acordo Missionário, a 7 de maio de 1940. Dois temas de debate mais aceso na relação entre o regime e a Igreja Católica são apresentados neste capítulo: *Expressões de decepção sobre a organização corporativa* e a dimensão atípica parlamentar surgida à volta dos casamentos dos militares do Exército. Sobressai deste conjunto de matérias a relação de compromisso e aliança entre o Estado Novo e a Igreja Católica, uma das peças fundamentais para compreender o regime e a Igreja desta época.

No tocante à ratificação do decreto-lei N.º 31107 de 1941, sobre os casamentos dos militantes do exército, o Padre Abel Varzim (1902-1964) recorreu à Doutrina Social Católica sobre o casamento «para justificar a sua repugnância pela “regulamentação das condições económicas ou sociais do casamento”. Defendendo que todos têm o direito fundamental de “contrair matrimónio” para o qual a Igreja serve apenas de intermediário, afirmando não poder “admitir-se que o Estado vá além da sua missão e venha dificultar a realização de um sacramento”». Este episódio felizmente escolhido, retrata a evolução interna da Igreja face ao Estado Novo e às reminiscências de “Regalismo” nele ainda existente nas relações com a Igreja. Abel Varzim não era uma voz isolada na Igreja, mas a expressão de uma sensibilidade católica crescente, face ao regime.

O Quarto capítulo intitula-se: *Da pacificação religiosa ao debate de legitimidades (1940-1969)*. Os temas que ocupam este capítulo denotam transversalmente o que denominamos como “apogeu” ou “plenitude” do Estado Novo. Triunfante pela vitória da paz territorial e pela sua neutralidade militar durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o regime assumiu-se na plenitude do seu unionismo nacionalista. Assim, os assuntos do quarto capítulo que citamos, exprimem este ambiente e esta mentalidade: *Assistência social em definição; Providencialismo e anti-comunismo no pós-guerra; A reafirmação da ideia de nação imperial; A persistência do mito nacionalista condestabrianos; Tentativas de sacralização do tempo: feriados e dia de descanso semanal; O ensino particular: expectativas e desilusões; Educação, família e juventude: os limites da cooperação; O monumento a Cristo-Rei: resistir às crises; A Questão da reconfeccionalização do Estado nas revisões constitucionais de 1951 e 1959*.

O quinto capítulo situa o Estado Novo na fase da “primavera marcelista”, 1969-1974; quando as guerras ultramarinas eram já por demais contestadas pela opinião pública portuguesa e vistas como anacronismo altista pela crítica internacional. São seis as temáticas que a autora apresenta: *Novos alinhamentos parlamentares; Alterações ao regime concordatário, sim ou não?; Novas perspectivas*

---

*para as relações entre a política e a religião na revisão constitucional de 1971; Liberdade religiosa: que condições legais?; A reforma educativa de Veiga Simão: que oportunidade para o “ensino livre?”; Da paz e da guerra na agonia do regime.*

Este quinto capítulo reflete as grandes transformações socioculturais operadas na década de sessenta por toda a Europa e em Portugal com expressiva e simbólica evidência no mês de maio de 1968, vivido em França. As questões, ligadas à família e ao divórcio, a liberdade de consciência e o amadurecimento da tolerância e do diálogo ecuménico assumido pelo Concílio Vaticano II, os movimentos universitários e académicos e a indignação juvenil face à guerra no ultramar, aparecem como preocupações do regime decadente que sem respostas para as suas próprias questões internas, reagia pela repressão e pelo encobrimento das reais dificuldades.

Sob o título *Considerações Finais*, Paula Borges Santos evidencia a sua tenacidade, apresentando em síntese histórica as várias temáticas abordadas ao longo da obra, sempre com excelente lucidez e arguta leitura dos acontecimentos.

Em anexo, a obra apresenta a Listagem das intervenções e debates parlamentares sobre a “Questão Religiosa” (1935-1974). É um contributo em 88 páginas, cuja fonte é o *Diário das Sessões da Assembleia Nacional (1934-1974)*, com grande interesse e utilidade para estudiosos e investigadores. A autora indica cada um dos debates selecionados e apresentados em DVD.

Felicitemos a Divisão de Edições da Assembleia da República por esta excelente publicação de 305 páginas numa edição de 600 exemplares e felicitamos a autora pela excelente investigação e pela sua rigorosa isenção. Auspiciamos-lhe uma fecunda carreira de continuada investigação, sobretudo em prol do esclarecimento das temáticas da História Contemporânea, tão necessitada de qualificada investigação e rigoroso esclarecimento.